

# Cartas Pedagógicas: problematizando o ensino e a avaliação no Curso de Direito

*Jose Heitor de Souza Gularte<sup>1</sup>*  
*Ana Cristina da Silva Rodrigues<sup>2</sup>*

[doi.org/10.47585/9786584591073.6](https://doi.org/10.47585/9786584591073.6)

## Introdução

O reconhecimento dos saberes da profissão que engendra as práticas docentes nos cursos de direito, sobretudo, encarta desafio que dialoga com o próprio conhecimento produzido no ambiente jurídico do Ensino Superior. Pesquisar questões atinentes às práticas docentes do Ensino Superior requer a compreensão dos significados que os próprios professores atribuem aos saberes pedagógicos, com o devido entendimento dessa pluralidade de necessidades e complexas ações como forma de fazer avançar a “[...] condição desejada de um arcabouço formativo que responda às demandas e exigências da universidade do século XXI” (CUNHA, 2018, p. 10).

Nessa perspectiva, a presente reflexão é parte integrante da pesquisa “Cartas pedagógicas como instrumento de ensino e avaliação da aprendizagem no curso de direito”, em realização no Programa de Pós-graduação, Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa Campus Bagé. A referida pesquisa, ainda em desenvolvimento, traz à discussão as possibilidades de ensino e avaliação da aprendizagem no curso de Direito a partir de novos elementos didático-pedagógicos com destaque especial na utilização das Cartas Pedagógicas, ao que se pode chamar em um hibridismo desafiador: cartas ao mesmo tempo pedagógicas e ao mesmo tempo jurídicas.

A questão principal a partir da análise da produção na área da educação e do ensino sobre a atuação docente no ensino jurídico, recai sobre as potencialidades das Cartas Pedagógicas como

---

1 Bacharel em Direito, mestrando no Mestrado Acadêmico em Ensino na Universidade Federal do Pampa - Campus Bagé e professor nos Cursos de Direito e Jornalismo da Urcamp/Bagé.

2 Doutora em Educação, professora permanente do Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa - Campus Bagé e do Mestrado Profissional em Educação - Campus Jaguarão.

alternativas de ensino e de avaliação da aprendizagem no contexto dos cursos de direito. Nesta lógica se pergunta, o que são Cartas Pedagógicas? Como elas de fato podem se configurar como instrumentos de ensino e de avaliação na formação de bacharéis em direito?

## **As cartas pedagógicas como um instrumento de ensino e avaliação**

A expressão Cartas Pedagógicas aparece cunhada pela primeira vez na obra póstuma de Paulo Freire, *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* (2000), organizada por sua esposa e orientanda Ana Maria de Araújo Freire, conhecida como Nita Freire. A obra reúne manuscritos de 29 cartas escritas por Paulo Freire antes de sua morte ocorrida em 02 de maio de 1997.

Embora a expressão apareça efetivamente nesta obra póstuma, a prática de ensino, reflexão e atuação político-pedagógica por meio de cartas era usual por Paulo Freire, talvez também resida aí a grandiosidade de sua obra, uma vez que se colocava permanentemente em franco diálogo com seu leitor.

Ao tratar da atuação com e por meio de Cartas Pedagógicas, se busca o fundamento no que são chamadas as quatro obras epistolares de Freire, ou seja aquelas em que se estabeleceu o diálogo político e pedagógico por intermédio de Cartas, que com o tempo passam a se configurar como Cartas Pedagógicas. São elas: *Cartas a Guiné Bissau* (1978), *Cartas a Cristina* (1994), *Professora Sim, Tia não: cartas a quem ousa ensinar* (1997) e *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* (2000).

O que leva, por derradeiro, que a usual escrita de Cartas se transforme em importante exercício pedagógico? O que distingue a Carta enquanto gênero textual de uma Carta Pedagógica? Dickmann (2020) nos apresenta dez importantes características deste processo.

*As dez características de uma Carta Pedagógica [...]*  
*Ponto de partida [...]*  
*Objetivo da escrita [...]*  
*Por que é pedagógica? [...]*  
*O efeito da carta pedagógica [...]*  
*O conteúdo da carta pedagógica [...]*  
*Escrever exige compromisso [...]*  
*As potências da carta pedagógica [...]*  
*Para quem escrevemos? [...]*  
*A resposta da carta pedagógica [...]*  
*O método de escrita da carta pedagógica [...]*  
 (DICKMANN, 2020, p. 39 - 48).

O potencial pedagógico e emancipatório das Cartas como instrumento de formação e pesquisa, em especial no âmbito do Ensino Superior, assim como sua importância como uma ferramenta de (trans) formação docente é destacado por Freitas (2018, p. 57):

Mediante a leitura dos Anais é possível perceber que a inscrição por meio de Cartas Pedagógicas cumpriu a função esperada, ou seja; democratizou as possibilidades de participação por meio da produção escrita. Além disso, contribuiu para o reconhecimento acadêmico desta

modalidade de escrita, bem como para viabilizar o potencial pedagógico-emancipatório das Cartas Pedagógicas como instrumento de formação e suas possibilidades de articulação entre ações de pesquisa, ensino e de extensão.

No mesmo artigo, em recorte específico, Freitas (2018, p. 57) destaca as potencialidades da utilização das Cartas Pedagógicas em sala de aula:

A análise exploratória realizada até o momento permite afirmar que o emprego das Cartas Pedagógicas foi utilizado com finalidades que foram se diversificando: fazer memória das aulas, apresentar uma reflexão temática, dar boas-vindas, orientar a realização de estudos, fazer uma devolução de avaliação ou ainda formalizar o encerramento de um componente curricular. Também é possível afirmar que as diferentes finalidades atribuídas às Cartas Pedagógicas não são excludentes, mas ao contrário, se potencializam quando associadas.

Na Revista Educação por Escrito, Netto *et al.* (2012, p. 17) e os demais autores, justamente debatendo a utilização das Cartas e o papel do educador no processo de ensino e aprendizagem, asseveram:

A metodologia adotada por um professor deve sempre levar a uma prática pedagógica emancipatória, ou seja, uma ação que propicie ao aluno situações de autoconstrução, que o faça pensar, refletir, questionar e que seja comprometida com todas as dimensões do saber.

Prosseguem os autores no referido artigo, agora explanando acerca da aprendizagem e dos processos necessários para a construção do conhecimento, com a particularidade da aplicação das Cartas Pedagógicas como ferramenta metodológica:

Nem todas as situações de aprendizagem ativam com a mesma eficácia os processos necessários para a construção do conhecimento. Dessa forma é necessário que o professor planeje suas aulas utilizando diferentes estratégias didáticas e proponha tarefas de aprendizagem com problemas, onde os alunos necessitem buscar soluções e não apenas exercícios nos quais se trate de repetir respostas (NETTO *et al.*, 2012, p. 22).

A necessidade de que o professor organize e planeje as aulas de forma criativa - no caso com a utilização das Cartas Pedagógicas - como fator motivacional para o aluno, é mencionada por Pozo (2002, p. 66), em especial referindo-se aos recursos didáticos:

A organização das atividades de aprendizagem deve estar subordinada ao tipo de aprendizagem que se pretende alcançar, e este por sua vez deve responder às demandas ou necessidades de aprendizagem que se propõem ao aluno. Não há recursos didáticos bons ou maus, mas adequados ou inadequados aos fins perseguidos e aos processos de aprendizagem mediante os quais podem se obter esses fins.

Nesse contexto, a abordagem feita por Coelho (2011, p. 159), singularmente acerca da obra de Paulo Freire, sobretudo em relação a sua escrita através de Cartas, é elucidativa ao descrever as suas potencialidades:

Também, não restam dúvidas de que o gênero de escrita “carta” cobra respostas, ou é resposta a provocações originais. Por isso mesmo, é de sua própria natureza a característica dialogal. Ninguém escreve cartas sem pensar em respostas, seja porque já é uma contestação à correspondência ativa de outrem, seja porque espera uma da correspondência passiva de outrem.

Certamente repousa aí a chamada essencialidade das Cartas Pedagógicas, construídas e estruturadas sob a égide do diálogo, mediado pela escrita, sendo um gênero com notória predileção e potencial pedagógico, aptas, portanto, diante desse novo olhar, para reinventar as relações estabelecidas entre aprender, ensinar e pesquisar.

A utilização das Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico de transformação, contudo, não prescinde de uma espécie de ressignificação do professor, subsumida na construção de novas valências, instrumentos e ferramentas, enfim habilidades, para potencializar o desenvolvimento das capacidades discentes, também como forma emancipatória comprometida com múltiplas dimensões do saber.

O manejo das Cartas, ainda com o escopo de instrumento metodológico, também perpassa pela estimulação aos alunos acerca do interesse em aprender, porém, com ênfase e cuidado com as questões afetivas, garantindo a prevalência e a interação com o ser humano, conforme o magistério de Camini (2012, p. 35):

[...] uma carta só terá cunho pedagógico se seu conteúdo conseguir interagir com o ser humano, comunicar o humano de si para o humano do outro, provocando este diálogo pedagógico. Sendo um pouco mais incisivo nesta reflexão, diríamos que uma Carta Pedagógica, necessariamente, precisa estar grávida de pedagogia. Portar, sangue, carne e osso pedagógicos.

O processo de humanização, também consubstanciado na necessidade haja sintonia afetiva entre professores e educandos no ambiente escolar, é forjado, registre-se, pela procura do diálogo permanente, substrato maior inserido no âmago das Cartas Pedagógicas Freirianas. Nesse sentido, também prescreve Chalita (2001, p. 256):

[...] não é possível dar uma aula sem trocar afeto. Uma das qualidades mais importantes e inerentes do ser humano é a capacidade de amar. É, portanto, a partir dessa capacidade de amar que se estabelecem relações de reciprocidade, afeto e de respeito mútuo entre professores e alunos.

Gadotti esclarece, notadamente no prefácio da obra de Coelho, que as cartas são utilizadas como uma poderosa ferramenta pedagógica do diálogo, enfatizando que o Professor Paulo Freire “[...] valorizava a reciprocidade e igualdade no âmbito dessa relação dialógica, sobretudo, como um processo de humanização dos sujeitos envolvidos” (COELHO, 2011, p. 14).

É necessário, ainda no tocante a utilização das Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico, observar que, não raro, há posições enfatizando os limitadores na construção desse verdadeiro processo de validação.

Nesse sentido, como fator de limitação, recorrentemente desperta-se inquietação com relação a utilização de Cartas em pleno terceiro milênio, justamente diante da massificação da Internet, das redes sociais, numa espécie de correio eletrônico, situação, em tese, a arrefecer a experiência da escrita de cartas, estigmatizando-as como algo retrógrado e ultrapassado.

Há diversas discussões, também referentemente aos referidos elementos limitadores, em síntese, descritos em artigo escrito por Freitas (2018, p. 58), sendo pela autora denominados de “tensionamentos”:

Igualmente merecem destaque os tensionamentos entre:

- o rigor acadêmico e a subjetividade da escrita
- a reflexão pessoal e a expressão do conhecimento conceitual
- a função formativa da escrita como processo e a produção de resultado de acordo com padrões estabelecidos em cada contexto.

Essas indicações de limitações, com o respectivo percurso percorrido até que sejam as mesmas devidamente revolvidas e finalmente rechaçadas, devem ser contabilizadas como uma espécie de mediação nos avanços à qualificação acadêmica das Cartas Pedagógicas, cujas contestações também são objeto do presente estudo, mais precisamente sob a ótica das noticiadas limitações.

A utilização das Cartas Pedagógicas dialoga, ainda, com questões afetas à recorrente necessidade de melhor compreender o percurso formativo dos Professores dos Cursos de Direito, com repercussão direta no emprego das metodologias utilizadas no ensino e na aprendizagem, refletindo nas práticas pedagógicas experimentadas. Perpassa, também, pela fundamental necessidade de identificação dos saberes capazes de transformar bons profissionais do direito em bons professores, relacionando o tema com uma abordagem tanto reflexiva quanto crítica.

O uso das Cartas Pedagógicas no âmbito do Curso de Direito remete à aplicação de práticas progressistas de aprendizagem, inferindo se a base metodológica disponibilizada permite ao estudante utilizar de forma exitosa o conhecimento construído, tudo objetivando dinamizar as aulas e colocar o aluno como protagonista de seu próprio ensino.

As Cartas Pedagógicas desafiam o estabelecimento de reflexões sobre a ação docente do profissional do direito em sua prática, possibilitando a superação do paradigma tradicional do ensino jurídico por meio da formação de cidadãos que compreendam o direito como instrumento de justiça social, dentro do viés político, um dos espectros de manejo das Cartas.

A partir das reflexões iniciais acerca das concepções e possibilidade da exploração de Cartas Pedagógicas no contexto do ensino jurídico, o desafio agora se coloca na análise sobre as circunstâncias das práticas docentes nos Cursos de Direito, sobretudo nos aspectos relacionados ao ensino e a avaliação da aprendizagem. Guiados pelos seguintes questionamentos: Como se dá a prática docente nos cursos direitos? Quais as possibilidades e limites do processo avaliativo? Quais as condições de relação com a sociedade durante a formação? Dedicou-se a levantar os trabalhos realizados pelos temas em questão.

Neste recorte especificamente, o debate recai sobre a prática da docência no âmbito do Curso de Direito, a partir de levantamento bibliográfico em diferentes bases de dados, com a finalidade de compreender como se constitui a docência no ambiente jurídico, sintetizando os estudos já realizados acerca das suas habilidades, valências e conhecimentos, em especial como fator de ligação aos saberes aptos a profissionalizar esses trabalhadores do Ensino Superior.

O tema da profissão da docência universitária tem sido amplamente debatido, porém, poucos programas de pós-graduação incluem conhecimentos, reflexões e práticas ligadas aos saberes

pedagógicos que profissionalizam o professor, enfim, as ações que pressupõem a identidade e mobilizam os saberes próprios da profissão (CUNHA, 2018).

Assim, o objetivo dessa segunda etapa da reflexão consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de compreender como se estabelece a prática docente no ambiente jurídico, sintetizando os estudos já realizados acerca das suas condições, habilidades, valências e conhecimentos, em particular como fator de ligação aos saberes aptos a profissionalizar esses trabalhadores do Ensino Superior.

Para a realização da busca de informações sobre a temática abordada foram utilizados diferentes meios de divulgação de pesquisas científicas brasileiras, destacando: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico e a biblioteca digital da *Scientific Electronic Library OnLine* (SciELO). Registre-se que, do Google Acadêmico, só foram utilizados os escritos remetidos à base SciELO, mais especificamente, dentro do repositório das Universidades.

Ainda com o objetivo de facilitar as buscas em relação ao tema a ser investigado, inicialmente, utilizou-se dois descritores, a saber: “Avaliação na Educação Superior” e “Avaliação de Aprendizagem na Educação Superior”, remetendo tal busca para milhares de publicações. Assim, na sequência, optou-se pela utilização de dois filtros: Artigos, Dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, nos últimos cinco anos e dentro das áreas do Conhecimento do Ensino e Aprendizagem, de Avaliação na Educação e de Concentração de Ensino e Aprendizagem.

Com esses descritores e filtros foram encontradas mais de dezoito mil publicações, sendo necessário ocorresse um maior refinamento na busca. Nesse sentido, com os mesmos filtros, foi utilizado um terceiro descritor: “Avaliação de Aprendizagem no Curso de Direito”. A partir da utilização desse novo descritor foram encontradas trinta e sete publicações.

Após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves de todos os artigos, dissertações e teses encontradas na busca, excluindo-se os escritos que não se relacionavam com a temática abordada na pesquisa, foram selecionadas cinco publicações.

Neste escopo, em síntese, todos os escritos selecionados versavam sobre as práticas docentes em Cursos de Direito, entre os anos de 2017 e 2021, onde investiga-se a formação de professores, alterações de bases curriculares, estrutura física dos cursos e aplicação de novas metodologias, com reflexos diretos nas práticas pedagógicas, analisando-se no presente trabalho as convergências, discrepâncias e os resultados obtidos no âmbito dos referidos escritos mensurados, conforme o quadro abaixo:

Quadro 01 - Título, nome, gênero e ano das publicações selecionadas.

Título	Autor(es)	Categoria	Ano
O PROFISSIONAL DOCENTE DO DIREITO: REFLETINDO SOBRE SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA	RAIMUNDA ABOU GEBRAN PRATRICIA ZACCARELLI OLIVEIRA	ARTIGO	2018
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE DIREITO E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DOCENTE REFLEXIVA E CRÍTICA	SUÊNIA MARLEY MOURÃO BATISTA	TESE DE DOUTORADO	2017
O APRENDIZADO NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS E SABERES COMPARTILHADOS POR PROFESSORES DO CURSO DE DIREITO SOBRE O CONTINUAR-SE PROFESSOR	ANA PAULA PESSOA BRANDÃO CHIAPETA	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	2018
METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CURSO DE DIREITO: BREVES RELATOS DA EXPERIÊNCIA DA FACULDADE AGES	CELSE DUARDO SANTOS DE MELO	ARTIGO	2018
APRENDIZAGEM COOPERATIVA, DISPOSIÇÃO FÍSICA E METODOLOGIA NO ENSINO JURÍDICO	EMERSON ADEMIR BORGES DE OLIVEIRA FERNANDA MESQUITA SERVA JEFFERSON APARECIDO DIAS	ARTIGO	2018

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cumpra observar, em recorte sobre o gênero das publicações tidas como apropriadas, que a busca alcançou: três Artigos, duas Dissertações de Mestrado e uma tese de Doutorado, todas publicadas entre 2017 e 2018.

Da seleção dos trabalhos mensurados em cotejo com o objeto da presente pesquisa, ou seja, as práticas docentes nos Cursos de Direito, em novo recorte, podemos extrair como foco das aludidas publicações:

- Duas se referem as novas metodologias no âmbito dos Cursos de Direito;
- Três tratam de temática afeta a formação continuada de professores nos Cursos de Direito;

Desse arcabouço de publicações pertinentes à temática ora trabalhada, em linhas gerais, verificou-se que todos revolvem questões afetas às práticas docentes no âmbito dos Cursos de Direito, contudo, registre-se, com enfoques distintos, vale dizer: novas metodologias, condições estruturais, percurso formativo dos professores, e, finalmente, sobre a base curricular.

Organizados os textos selecionados, com o devido destaque de suas características, em especial, referentes: ao título, autor e ano da publicação, problema de pesquisa, objetivos, principais autores utilizados, instrumentos metodológicos e resultados, foi possível lançar um olhar mais acurado em relação às referidas publicações.

Desta forma, no desenvolvimento da pesquisa, após proceder a devida organização dos escritos de forma sintetizada, foi fundamental enfatizar suas semelhanças, diferenças, objetivos e resultados, sempre em estrita consonância com o tema eleito que diálogo com o presente projeto, ou seja, das práticas docentes no âmbito dos Cursos de Direito.

Para tanto, foi utilizado um recurso de classificação dos estudos em categorias temáticas para formar agrupadores, propiciando uma melhor análise e apresentação dos trabalhos considerados apropriados. Vejamos:

Quadro 02 - Produções acadêmicas que tratam do percurso formativo dos professores.

Título	Quantidade	Gênero de Publicações	Ano
O PROFISSIONAL DOCENTE DO DIREITO; REFLETINDO SOBRE SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA	01	ARTIGO	2018
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE DIREITO E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DOCENTE REFLEXIVA E CRÍTICA	01	TESE DE DOUTORADO	2017
O APRENDIZADO NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS E SABERES COMPARTILHADOS POR PROFESSORES DO CURSO DE DIREITO SOBRE O CONTITUIR-SE PROFESSOR	01	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	2018

Fonte: Elaborado pelo autor.

As três publicações em tela abordam a mesma temática, e por isso agrupados, dialogando com a prática docente nos cursos de Direito, debruçando-se sobre a necessidade, e esse é o objetivo comum observado, de compreender o percurso formativo desses profissionais, notadamente no que se refere aos processos de constituição da docência.

Eis os temas das publicações cuja pertinência foi mensurada na busca:

- A prática docente de professores do ensino superior a partir da singularidade dos professores que atuam no Curso de Bacharelado em Direito;

- Reflexão sobre a ação docente do profissional do Direito em sua prática;

- A reflexão sobre o aprendizado da docência no ensino superior, em especial nos cursos de Direito.

Observa-se que, de fato, a temática é comum em todas as publicações, investigando-se o desenvolvimento das práticas docentes dos professores de Direito. O mesmo fenômeno ocorre, registre-se, referentemente aos objetivos constantes nos trabalhos mensurados, assim dispostos:

- Investigar como se configura a ação docente do profissional da área do Direito na atuação do Ensino Superior;

- Analisar as possibilidades de desenvolvimento da prática docente reflexiva crítica a partir da formação continuada de professores do Curso de Direito;

- Compreender o processo de constituição da docência de professores do ensino superior que atuam nos cursos de Direito.

No tocante aos objetivos inseridos nos escritos constata-se que, mais uma vez, apresentam consonância, pois, em linhas gerais, visam investigar os saberes a serem mobilizados para que a educação superior nos cursos de Direito alcance dimensão apta a constituir uma pedagogia universitária que “[...] caracterize o docente como um profissional professor” (CUNHA, 2018, p. 10).

Referentemente à problematização apontada nos trabalhos verifica-se, também, que são notórias as semelhanças entre os escritos, questionando-se, em resumo, quais seriam os saberes e valências necessários para a configuração da denominada “professoralidade” no ensino jurídico?

Aqui, no ponto, uma única observação, que sequer pode ser considerado como discrepância. Explica-se: um dos escritos questiona se “os saberes da formação acadêmica e os da experiência são capazes de transformar bons profissionais do Direito em bons professores. Não há falar-se, portanto, em divergência. Há, isto sim, uma abordagem questionadora específica em relação aos profissionais que atuam no Direito, perguntando se o conhecimento experimentado e o exercício profissional, por exemplo, de Advogados, Promotores e Juízes, por si só, é apto para transformá-los em bons professores. Não há discrepância, mas mero recorte, conquanto os demais escritos perquirem quais os requisitos gerais e saberes para exercer a docência no ensino jurídico e não, somente, para profissionais do direito em atuação.

Tampouco se observa, em acurada análise dos trabalhos agrupados, a existência de eventuais lacunas. Já com relação aos resultados apresentados nas publicações, sem exceção, são convergentes. Isto por que, de forma uníssona, apontam a necessidade ocorra um processo de formação continuada de docentes no ensino jurídico. Se assemelham, também, pelo fato de que reconhecem que, hoje, no Brasil, não resta configurada tal formação continuada, e que os professores em atuação, às suas expensas, patrocinam o próprio percurso formativo, situação a ampliar os desafios do constituir-se professor.

Em um dos escritos, em interessante abordagem, inclusive com a coleta de dados nesse sentido, são analisados Editais de certames para seleção de Professores de Direito, visando a identificar quais os saberes e a formação exigidos para o ingresso na docência no âmbito do ensino jurídico, concluindo que a formação dos profissionais é “deficitária”.



Em análise singular, porém tampouco discrepante dos demais, uma das publicações, além de também defender a formação continuada de professores no ensino jurídico, refere fundamentalmente exercitada uma prática docente reflexiva e crítica, com o escopo de formar cidadãos comprometidos com a construção do Direito como instrumento de justiça social.

A propósito, a formação de professores no ensino superior tem propiciado profunda e recorrente investigação, destacando-se que a pedagogia universitária é considerada um espaço de conexão de conhecimentos, subjetividades e culturas a exigir um conteúdo altamente especializado e orientado para formação de uma profissão (LUCARELLI, 2000).

Trabalhando a premência de identificar os saberes específicos a mobilizar no percurso formativo dos professores de Direito, mote que também remete ao objeto da presente pesquisa, em constante cotejo com as condições de exercício dessa “professoridade”, quer sejam elas físicas, estruturais ou propriamente pedagógicas, e ainda desenvolvendo a abordagem através de uma análise pelos escritos agrupados por temática, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 03 - Escritos que tratam do emprego de novas metodologias.

Título	Quantidade	Gênero de Publicações	Ano
METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CURSO DE DIREITO: BREVES RELATOS DA EXPERIÊNCIA DA FACULDADE AGES	01	ARTIGO	2018
APRENDIZAGEM COOPERATIVA, DISPOSIÇÃO FÍSICA E METODOLOGIA NO ENSINO JURÍDICO	01	ARTIGO	2018

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira publicação agrupada no quadro supra traz uma experiência a respeito da aplicação de metodologias ativas de ensino e aprendizagem no Curso de Direito, no âmbito de uma Faculdade particular, tendo mensurada propriedade, tanto com o tema do presente artigo, como, também, com a pesquisa maior desenvolvida no Mestrado Acadêmico em Ensino, servindo de substrato na respectiva dissertação. O segundo escrito encarta interessante abordagem no tocante às alterações físicas estruturais, ou seja, no espaço das salas de aula, a influenciar na formação do aluno e nas práticas docentes, na busca do que denominam os autores como um aprendizado mais dinâmico e eficiente. Ambos tratam, como já anunciado, da aplicação de metodologias ativas.

Veja-se os objetivos dos escritos na ordem em que dispostos no quadro:

- Incentivar o estudante a buscar elementos para a elaboração de casos para estudo (com propósitos educativos produzidos a partir da realidade vivenciada pelos alunos), que serão vistos em todos os trabalhos desenvolvidos em sala de aula;

- Apresentar um modelo em sala de aula para os cursos jurídicos que promova, ao mesmo tempo, metodologias participativas e ensino pluriversitário.

Vê-se, já analisando os objetivos apresentados, que, ambas as publicações, inobstante tratem de novas metodologias a serem aplicadas nos Cursos de Direito, revolvem matérias distintas, sendo, também, diversos seus objetivos.

No escrito denominado de “Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem no Curso de Direito: Breves relatos da Experiência na Faculdade Ages” (MELO, 2018), o foco da abordagem é de dinamização

das aulas através da inserção dos aprendentes como protagonistas do ensino e aprendizagem, destacando o artigo, ainda, a importância dos docentes dos cursos jurídicos neste processo.

A condução do processo, situação que claramente exsurge na publicação, é do professor, consubstanciada na base metodológica escolhida, buscando-se a interação entre os sujeitos, onde o docente municia os aprendentes com ferramentas intelectuais e outras competências, preparando-os, sobretudo, para atuação no mercado profissional, voltadas às questões comunitárias.

A proposta posta no escrito perpassa, em linhas gerais, por amplas reformas, tanto curriculares como de práticas didáticas. Trata-se de publicação que encarta, justamente, proposições de mudanças calcadas na aplicação das denominadas metodologias ativas.

O escrito intitulado como “Aprendizagem Cooperativa, Disposição Física e Metodologia no Ensino Jurídico” (OLIVEIRA; SERVA; DIAS, 2018), embora também engendre abordagem referente às metodologias ativas, recai sobre temática ainda mais inovadora, subsumida na transformação do espaço físico tradicional das salas de aulas, com o escopo de estimular a participação dos discentes, tornando a estrutura mais agradável e convidativa, combinando novas tecnologias, promovendo a produção de conhecimento apto a atender os anseios comunitários, invertendo-se a lógica do ensino tradicional do direito.

Apresenta-se na publicação, também como forma de inovação, aspectos físicos da proposta de estruturação da nova sala de aula, tais como: disposição da sala em “U”, no formato de auditório, instrumentalização das bancadas, conforto ambiental, instrumentalização da sala para melhor receber as inovações tecnológicas disponibilizadas, acessibilidade e transparência.

No artigo, também em recorte que merece registro, há expressa menção no tocante aos instrumentos a serem utilizados para avaliar a evolução a desenvoltura desse modelo.

A síntese das conclusões do escrito está em estrita consonância com a problematização que o encarta, assim redigida: Como desenvolver, na graduação jurídica, um curso que enfrente tais desafios, consubstanciado num espaço físico favorável, no ambiente pessoal de aprendizagem e em metodologias ativas?

Mais uma vez a publicação ora analisada empresta papel significativo às práticas docentes necessárias à consecução engendrada na problematização acima noticiada, mantendo o professor de direito como agente intermediador do debate, sem desprezar o protagonismo dos aprendentes que se busca incentivar nesse processo de inter-relacionamento constante.

Através desse exercício sistemático, conforme colocado em ambas as publicações que defendem a introdução de novas metodologias, busca-se reforçar o protagonismo dos alunos como agentes capazes de estimular e manter uma relação dialógica com o corpo docente e a sociedade em geral, constituindo-se num campo fértil para pesquisar a própria prática. Uma vez que, ao mesmo tempo que se postula mudanças estruturais no espaço físico, requer-se, também, mudanças metodológicas e a referida humanização na relação entre docentes e aprendentes.

Em que pese as diferentes perspectivas apresentadas nas publicações selecionadas como pertinentes, observou-se, em extrato retirado de todos os escritos, que a docência no âmbito dos Cursos de Direito encarta temática de grande complexidade, sendo fundamental refletir sobre as práticas ligadas aos saberes pedagógicos que profissionalizam o professor.

## Conclusões

Os escritos abordam, mesmo que dentro do foco pesquisado afeto à constituição da prática docente no ambiente jurídico, condições distintas, notadamente, de ordem estrutural, curricular, metodológica e da formação de professores, as quais, associadas, propiciam a constituição de uma pedagogia universitária caracterizadora do profissional professor e com capacidade de resposta a demandas emergentes.

Da análise dos trabalhos levantados consta-se uma preocupação recorrente no tocante à necessidade de melhor compreender o percurso formativo dos professores dos Cursos de Direito, com repercussão direta nas práticas pedagógicas aptas à construção e à produção do conhecimento.

Ainda considerando o resultado das publicações pesquisadas, percebe-se sistemático o questionamento a recair sobre a identificação de quais seriam os saberes capazes de transformar bons profissionais do direito em bons professores, através de uma abordagem reflexiva e crítica, que, em última análise, remete à constituição das próprias práticas docentes.

Os escritos estudados dão conta, também, da aplicação de metodologias ativas no ensino jurídico, questionando, porém, se, a base atualmente disponibilizada, permitiria aos estudantes utilizar o conhecimento adquirido em suas práticas profissionais, objetivando dinamizar as aulas e colocar o aluno como protagonista de seu próprio ensino e aprendizagem, com vínculos indissociáveis dos anseios comunitários.

Observa-se dos resultados pesquisados, ainda, que os estudos remetem à necessidade de estabelecer uma reflexão sobre ação docente do Direito em sua prática, priorizando a formação de professores nos cursos jurídicos, situação a repercutir na qualidade do trabalho pedagógico.

O percurso formativo e a reflexão dos docentes, referentemente às suas práticas pedagógicas, revela uma ação permanente que se impõe, em estrita consonância e cotejo com as estratégias a serem adotadas e com os recursos colocados à disposição, dialogando diretamente com os processos necessários para a construção do conhecimento no âmbito do Cursos de Direito, temática pesquisada no presente trabalho.

Verificou-se da análise das publicações, que é fundamental caracterizar a prática docente nos Cursos de Direito, o que hoje não ocorre, lançando um olhar crítico a possibilitar a superação do paradigma tradicional do ensino jurídico por meio da formação de cidadãos que compreendam o Direito como instrumento de justiça social.

A problematização da relação entre Cartas Pedagógicas, ensino e avaliação nos cursos de Direito ganha corpo com as análises e reflexões realizadas a partir do levantamento realizado em diferentes publicações e dos estudos acerca das Cartas Pedagógicas. As Cartas Pedagógicas se apresentam como um instrumento didático reinventado que ganha relevância na desafiadora prática pedagógica e formação continuada de profissionais/professores da área jurídica. O instrumento se configura enquanto possibilidade de diálogo e análise crítica, esteio para a avaliação das aprendizagens e para a reflexão social dos futuros bacharéis em Direito. A proposta de pesquisa no qual se insere este estudo, mergulha em próxima etapa na sala de aula do curso de Direito, mobilizando discentes, sensibilizando docentes e reinventando a nós como pesquisadores/profissionais do campo jurídico e da educação.

## Referências

CAMINI, Isabela. **Cartas pedagógicas**: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam. Porto Alegre: ESTEF, 2012.

CHALITA, Gabriel. **Educação**: A solução está no afeto. São Paulo: Editora Gente, 2001.

COELHO, Edgar P. **Pedagogia da Correspondência**: Paulo Freire e a Educação por Cartas e Livros. Brasília: Liber Livros, 2011.

CUNHA, Maria Isabel da. **Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária**. São Paulo: USP, 2008. (Coleção Cadernos Universitários).

DICKMANN, Ivano. As dez características de uma carta pedagógica. In: PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo (Orgs.). **Cartas pedagógicas**: tópicos epistêmico-metodológicos na educação popular. 1. ed. Chapecó: Livrologia, 2020. p. 37 - 53. Disponível em: <<https://livrologia.com.br/anexos/1432/50003/livro-cartas-pedagogicas-pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné Bissau [recurso eletrônico]**: registros de uma experiência em processo. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Professora Sim; Tia, Não**: Cartas a quem ousa ensinar. 34ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Carta sobre Cartas Pedagógicas: compartilhando experiências sobre a formação de professores/as e de gestoras/as. In: CONGRESSO INTERNACIONAL PAULO FREIRE: O LEGADO GLOBAL, 2., 2018, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2018. p. 01-05. Disponível em: <<https://proceedings.science/freire-globalconference-2018/papers/carta-sobre-cartas-pedagogicas%3A-compartilhando-experiencias-sobre-a-formacao-de-professores/as-e-de-gestoras/as>>. Acesso em: 08 out 2021.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de; MACHADO, Maria Elisabete. SOUZA, Micheli Silveira de. O Diário de Registros como instrumento de (trans) formação docente. **Revista Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 22, n. 2, p. 06-27, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/7886/5099>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

LUCARELLI, Elisa. **El asesor pedagógico en la universidad**: De la teoría pedagógica a la práctica en la formación. Buenos Aires: Paidós, 2000.

MELO, Celso Eduardo Santos de. Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem no Curso de Direito: Breves Relatos da Experiência na Faculdade Ages. **Revista de Graduação USP**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 107-112, jul.2018. Disponível em: <[http://gradmais.usp.br/wp-content/uploads/2018/07/Gradmais7\\_R07\\_CelsodeMelo.pdf](http://gradmais.usp.br/wp-content/uploads/2018/07/Gradmais7_R07_CelsodeMelo.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2022.

NETTO, Carla et al. Cartas: um instrumento desvelador que faz a diferença no processo educacional. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 14-25, jul. 2012. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/11025/8141>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de; SERVA, Fernanda Mesquita; DIAS, Jefferson Aparecido. Aprendizagem Cooperativa, Disposição Física e Metodologia no Ensino Jurídico. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, v. 21, n. 8, p. 326-340, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/4494/4252>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e Mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.